

---

***RECEPÇÃO AO IDEÁRIO DA ESCOLA NOVA  
O TESTEMUNHO DA IMPRENSA DE MINAS GERAIS, ANOS 1930***

***NEW SCHOOL IDEOLOGY RECEPTION THE MINAS GERAIS' PRESS  
TESTEMONY, YEAR 1930***

*MILEIDE MATEUS DOS SANTOS; BETÂNIA LATERZA DE OLIVEIRA RIBEIRO.*

**Resumo**

Este estudo tece sobre o assentimento do ideário escolanovista na imprensa de Minas gerais nos decênios dos anos 30. Desta forma, objetivou entender como foram recebidas às ideias e os ideais escolanovistas através da imprensa. O trabalho desenvolveu-se a partir do aporte documental encontrados em notícias impressas em jornais do no Arquivo Público de Uberlândia e principalmente dos jornais disponíveis no site da *Hemeroteca Digital*, nesse sentido buscou-se contextualizar os antecedentes, e compreender como a propagação dos ideais escolanovistas no estado de Minas Gerais permaneceu e como o Manifesto dos Pioneiros tornou-se essencial no setor da educação Mineira. Conclui-se que a formulação de um manifesto em prol da educação pública foi fruto de uma cadeia de eventos que constituíram condições favoráveis à reflexão intelectual sobre a educação no país e que a imprensa foi testemunha dos sonhos, temores produzidos pela Escola Nova .

**Palavras-chave:** Educação. Escolar. Funcionamento.

**ABSTRACT :**

This study weaves about the New School ideology on the Minas Gerais' press in the nineteen thirties. This way, intends to understand how the New School ideals and ideas were received thru the press. The study's development stem from the documental inputs found in printed News in newspapers deriving from the Uberlândia's pubic archive and mainly from available newspapers on Hemeroteca Digital's website, for that matter the study sought to contextualize the background, and understand how the propagation of the New School ideals in the State of Minas Gerais remained and how the Pioneer's Manifest became essential in Minas Gerais educational sector. In conclusion the formulation of a manifest in benefit of the public education was an outcome of a chain of events that constituted the favorable conditions to an intelectual reflection about education on the Cuntry and that the press was a witness of the dreams and fears caused by the New School.

**KEYWORDS:** School Group. New School. Minas Gerais.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMIARES

Com a proclamação da República no Brasil, em 1889, a chamada instrução pública entrou na pauta de preocupação do governo e se tornou objeto da reflexão de intelectuais republicanos, vinculados ao governo ou não. A imposição de um Estado laico<sup>1</sup> mudou o processo educacional, em que a Igreja exercia influência forte. Houve ruptura com a tradição do regime de padres como guia da educação (COSTA; CUNHA, 2002). A República veio pôr abaixo tal influência e o poder que dela emanava e era exercido pela Igreja nos ambientes escolares. Com a queda de uma instrução primária puramente confessional — voltada aos dogmas católicos —, a Igreja perdeu espaços políticos em meio aos estratos sociais e escolares.

Tais mudanças levariam a embates entre defensores de uma educação confessional e privada e defensores de uma educação laica e pública. Os embates se projetaram expressamente a partir dos anos 1930 até à década de 1960, quando foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (1961). Em um dos lados, estava um grupo de intelectuais cujo ideário educacional se traduziu na publicação do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, de 1934. Divulgado na imprensa do país, o texto suscitou a reações, manifestadas nas páginas dos jornais.

Essas manifestações textuais podem ser lidas como medida da recepção às ideias expostas pelos signatários do manifesto, como o foram neste trabalho, que explora as relações entre educação e escola nova em tempos republicanos. O enfoque incide na recepção ao ideário escolanovista na imprensa de Minas Gerais no decênio de 30. Com base na leitura comentada de textos publicados em jornais mineiros, trabalho objetivou sondar como foram recebidas as ideias associadas com a escola nova tomando como medida a imprensa. Como investigação documental, o estudo buscou articular o dado geral com o dado particular, valendo-se de fontes de pesquisa como notícias e textos de opinião publicados em jornais. Para tanto, o texto retoma certos consensos históricos a fim de contextualizar os antecedentes da escola nova e construir uma compreensão teórico-conceitual útil para entender sua propagação como

---

<sup>1</sup> O Estado laico separa e distingue religiões. Oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e pluralidade humana. Permite a cada um a perspectiva de escolher ser ou não ser crente, associar-se ou não a uma ou instituição religiosa etc. (FISCHMANN, 2012, p. 16–7).

ideário pedagógico. O trabalho se desenvolveu mediante leitura crítica de textos de fundamentação e das fontes, tomada de notas, fichamento e resumo. O texto se divide em cinco seções, que buscam contextualizar os antecedentes do movimento da escola nova, seu manifesto e o ideário escolanovista para, então, expor exemplos da recepção às ideias escolanovistas em Minas Gerais.

## EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA

Segundo Souza (2008), a vinda da coroa portuguesa em 1808 influenciou a criação de leis, decretos, alvarás e cartas régias que podem ser lidos como tentativas de ordenação jurídica da educação. Essa ênfase em políticas educacionais durante a monarquia<sup>2</sup> pode ser medida pelo que diz Saviani (2008, p. 5),

A constituição dos chamados “sistema nacional de ensino” data de meados do século passado. Sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa. Par superar a situação de opressão, própria do “Antigo Regime”, e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado “livremente” entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim seria possível transformar os súditos em cidadãos, isto é, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados.

A organização de um sistema nacional favoreceu princípios que definem a educação como direito de todos e dever do Estado. Definição essa originada no seio

---

<sup>2</sup> No período imperial houve um pensamento voltado à escolarização. Os avanços nos setores educacionais se tornaram expressivos a partir de março de 1824, com a promulgação da Constituição e seu princípio de gratuidade da educação, a cargo do Estado. Embora a gratuidade fosse explícita na lei, esta nada dizia de prédios escolares. A lei de 15 de outubro de 1827 firmou a obrigatoriedade, mas num contexto de precariedade e ausência de escolas em meio à maior parte da população. Houve pouca intervenção; antes, houve estagnação com o ato adicional de 1834, segundo o qual a “[...] educação é direito de todos e deveria ser ministrada pela família e pelos poderes públicos [...]”. Esse ato foi a primeira emenda à Constituição em prol de demandas descentralizadoras resultantes de tensões e conflitos políticos em regiões do Norte e do Sul, que reagiram às propostas centralizadoras dirigidas pelos interesses dos grupos políticos do Centro-Sul. Com a medida, as assembleias provinciais foram criadas com mais autonomia, ou seja, com poderes regionais (GONDRA; SHUELER, 2008, p. 34). Embora a legislação voltada à educação propiciasse condições para construir um sistema nacional de educação, Ambrogi (2011) afirma que escolas de primeiras letras eram escassas, mal estruturadas e com funcionamento de improviso, incluindo empréstimo de imóveis e sala de aula.

da burguesia e destinada a essa mesma burguesia; afinal, o regime escravocrata anulava qualquer intenção de democracia, assim como a concentração do poder nas mãos de um monarca. Democracia mesmo supunha, necessariamente, que todos os indivíduos fossem cidadãos livres e alfabetizados.

Instabilidades políticas, econômicas e sociais marcaram a passagem de monarquia à República. Numa lógica social, a fragilidade educacional foi um dos pontos mais críticos, ou seja, o analfabetismo. Não por acaso, Veiga (2011, p. 501) preconiza que entender “o analfabetismo” e a “precariedade da instrução elementar no Brasil” supõe considerar suas raízes; supõe “[...] refletir sobre o próprio processo de institucionalização da instrução elementar atentando para suas dificuldades”. Em que pese a visibilidade obtida na monarquia, a educação chegou à República como problema social de proporções continentais, calamidade pública; afinal, mais de 80% da população eram analfabetos. Superar essa condição exigiu desenvolver mecanismos para consolidar a democracia e fazer ascender uma sociedade que transformasse os cidadãos em indivíduos livres e esclarecidos. A consolidação de uma Constituição republicana seria o primeiro passo para o princípio de que a educação deve ser direito de todos e dever do Estado.

De fato, a República provocou alterações em concepções filosóficas, políticas, econômicas, e sociais, como a consolidação da burguesia. Surgiram aspirações a um sistema educacional igual a todos; e uma mudança marcante nesse sentido seria a criação do grupo escolar e — em detrimento de métodos tradicionais; assim como o seria a adesão a métodos novos e às ideias educacionais de John Dewey. Ideias que dariam base ao surgimento do que ficou conhecido como movimento da escola nova no Brasil. Apesar de serem poucas, as propostas elaboradas para amenizar o analfabetismo obtiveram resquícios de melhora.

Detentora de instituições de mais prestígio e na condição de disseminadora de conteúdos educacionais religiosos, a Igreja perdeu influência no campo educacional; mas desejou continuar a difusão e reiteração de dogmas católico-confessionais nos ambientes escolares, isto é, a proibição da convivência de alunos e alunas no mesmo espaço de aprendizado, por exemplo. Aos poucos, a Igreja

articulou uma luta com o Estado em prol da presença da religiosidade católica no campo educacional.

Conforme Chamon (2004), os espaços escolares onde meninos e meninas estudavam juntos se tornaram favoráveis economicamente em cidades pequenas: possibilitava diminuir a quantidade de alunos no mesmo ambiente sem dividi-los. A escola isolada foi substituída pelo grupo escolar, onde havia várias classes e vários professores. Além disso, segundo Souza (2008), as transformações educacionais incidiram nos métodos de ensino e na formação discente. No novo modelo escolar urbano, as práticas educacionais visaram formar um cidadão pátrio.

## **INTELECTUAIS E REFORMAS DA EDUCAÇÃO**

Mazela social mesmo com decretos e leis para amenizar a situação caótica da educação, o analfabetismo adentrou o período Republicano com força total. A legislação não saiu do papel. O que era visto como solução para o “atraso” da pátria — num aceno ao iluminismo europeu —, a educação era problema de proporções calamitosas tais, que despertaram ainda mais o interesse por essa mazela social que tinha de ser combatida a qualquer custo através educação. Como disse Saviani (2008, p. 7),

A educação, como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, aceitem-se mutuamente e respeitem-se na sua individualidade específica.

Segundo esse fragmento, a educação funcionaria como instrumento de correção social para adaptar os indivíduos à sociedade; e — como afirma Saviani — seria só pela educação que os indivíduos se reconheceriam como membros de uma sociedade.

Esse estado de coisas da educação suscitou o interesse de intelectuais republicanos que viram na escolarização de âmbito nacional como única alternativa para elevar o país à condição de nações europeias. Mas, em que pese a

grandiosidade de tal interesse, o pensar no ensino primário para os pobres esbarrava em uma economia desfavorável. Fazer funcionar o ensino primário gratuito era oneroso para os cofres públicos. Apesar disso, começaram a aparecer reformas educacionais, com ênfase em novas instituições educacionais como o grupo escolar. Essa modalidade de escola foi instituída em São Paulo, em 1893. Seu foco primordial era dar visibilidade à República. Como modelo, foi incorporado para formar cidadãos com características republicanas, ou seja, patriótico (SOUZA, 1998).

A construção desses espaços educacionais veio acompanhada de métodos pedagógicos a ser empregados e mudanças nos tempos e espaços escolares. Por exemplo,

[...] na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento e agrupamento supostamente homogêneos, implicado a constituição de classes, pressunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimentos de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica — em cada sala de aula uma classe referente a uma série para cada classe, um professor (SOUZA 2006, p. 114).

A organização do ensino ocorria pelo grau de conhecimento do discente. Daí que se fala em escola graduada. Supunha adesão ao método simultâneo, racionalização curricular, controle e distribuição do tempo escolar, além de incorporação de um método avaliativo e da divisão do trabalho docente em salas de aulas distintas e com vários professores em um mesmo edifício escolar. Esse modelo escolar evidenciou a divisão do espaço ligado à racionalização pedagógica: a cada sala de aula, uma série e um professor. Também criou condições para fazer a educação pública avançar durante a primeira República, ainda que os números relativos ao analfabetismo permanecessem alarmantes.

## **A ESCOLA NOVA E SEU MANIFESTO**

As ideias de John Dewey<sup>3</sup> marcam o pensamento educacional nas primeiras décadas do século XX. Metodologicamente, rompeu com um modelo tradicional em prol de um novo modelo de pensar na educação e de fazê-la. Modelo este fundado nas trocas relacionais entre professor e aluno, assim como na cientificidade como via para formar a sociedade. Não por acaso, suas ideias estiveram na base da proposta de mudanças na escola pública feita pelo movimento da escola nova, propagado Brasil afora em meados da década de 30. Como esclarece Silva (2012, p. 3),

A Escola Nova no Brasil surgiu vinculada à necessidade de expandir o ensino elementar, de superar a escola tradicional diante das exigências do mundo moderno. No final do século XIX se iniciava o escolanovismo, que já no século XX, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, representou um dos mais significativos e propositivos movimentos nacionais em prol da implantação do sistema de educação pública.

Ao ideário da escola nova se vinculou a necessidade de expandir o ensino elementar e superar a escola tradicional. Saviani (2008) afirma que as críticas à pedagogia tradicional mantinham a crença de que a escola era um nivelador social; corrigia a marginalidade com a introdução na vida escolar. Ainda segundo ele, o surgimento da escola nova trouxe um movimento de reformulação de conteúdo; e tal movimento se mostrou na composição do *Manifesto dos pioneiros da escola nova*,<sup>4</sup> que traduziu uma intenção de política educacional que, diz Vidal (2013), demandava renovação educacional no país.

<sup>3</sup> Nascido nos Estados Unidos, John Dewey foi dos mais importantes pensadores da primeira metade do século XX. Sua filosofia defendia a unidade teoria-prática, como sua própria ação de intelectual e militante político. Ao seu subjazia a convicção moral de que a democracia liberta. Ele dedicou sua vida a argumentar em prol dessa convicção e militando para levá-la à prática. Sua carreira de reformador educacional reflete seu compromisso com a democracia e a integração teoria-prática (DOMÍNIO PÚBLICO, 2010, p. 11)

<sup>4</sup> O documento contou com assinaturas de 26 intelectuais: Afrânio Peixoto A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes, Mario Casassanta. O manifesto “[...] expressa a posição de uma corrente de educadores que busca firma-se pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade, capacitando-se conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção da educação pública tanto no âmbito do governo central como dos estados federados. O “Manifesto” apresenta-se, pois, como um instrumento político, como é próprio, aliás, desse “gênero Literário”. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920, especialmente a partir da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país” (SAVIANI, 2008, p. 77-8).

O manifesto se tornou marco para a educação segundo a Vidal (2013), pois constantemente os educadores retornam a esse documento para analisá-lo e tirar conclusões. Daí que a literatura concebe os pioneiros como um marco central para a educação brasileira. A renovação proposta foi concebida por pessoas que partilhavam de um ideal comum. Dado o cenário político, social e econômico nacional, cabe dizer que intencionavam dar ênfase ao trabalho de racionalizar e modernizar a identidade nacional. Como descreve Almeida Filho (2003, p. 2.179),

O Manifesto pensaria não só a educação, mas o ideário da uma sociedade que deveria modernizar-se e construir uma outra identidade nacional modelada pela educação popular, inserida na vida urbana e industrial. Nesse sentido, a educação seria o *modus operandi* dessa reconstrução nacional que, na concepção de Nagle, operaria como alavanca de todo o processo de transformação social.

O manifesto teve suas vertentes. Vidal (2013) menciona as três principais:

1) Inicialmente, efetuava a defesa de princípios gerais que, sob a rubrica de *novos ideais de educação*, pretendiam modernizar o sistema educativo e a sociedade brasileira. Além da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da coeducação, o *Manifesto* propugnava pela escola única, constituída sobre a base do trabalho produtivo, tido como fundamento das relações sociais, e pela defesa do Estado como responsável pela disseminação da escola brasileira. Nesse sentido, distinguia-se do que denominava *educação tradicional*, particularmente no que considerava como a maior contribuição da Escola Nova: *a organização científica da escola*. 2) Mas, ao reunir a assinatura de 26 intelectuais e ao fazer uso do termo *pioneiros* no subtítulo, a publicação do *Manifesto* criava um personagem coletivo: *os pioneiros da educação nova*. A partir desse momento, a literatura sobre educação no Brasil voltaria com frequência a esse personagem coletivo e aos princípios enunciados nessa carta-monumento — como denominou Libânia Xavier (2002) —, no bojo de análises que pretendiam conferir uma interpretação sobre o estado da educação brasileira. 3) Por fim, ao descaracterizar as investidas anteriores na arena educacional (concebidas como escola tradicional ou esmo como vazio de ações), o texto se produzia como marco fundador no debate educativo brasileiro. Daí também a insistência com que autores e educadores retornariam ao *Manifesto* em suas análises. Para o processo de monumentalização do documento, concorreram ainda os escritos dos próprios signatários, que conferiam ao *Manifesto* o lugar de ato inaugural da educação brasileira (VIDAL, 2013, p. 579).

Tais vertentes compreendiam novas ideias para a educação e a defesa da escola única, gratuita e laica; também a obrigatoriedade da coeducação e do Estado como provedor da propagação da escola, buscando no trabalho produtivo e a distinção da denominação da educação tradicional ante a escola nova, que se organizava como científica. Afinal, entende-se que o manifesto visava não só à educação, mas também a todos os outros setores da sociedade; sobretudo, ao propósito de modernizar a identidade nacional via educação popular como mola propulsora para a transformação social.

Em suas concepções, a escola nova propõe desenvolver a autonomia moral do educando (MESQUITA, 2010; SAVIANI, 2008). Buscou rever criticamente a escola tradicional com uma nova forma de interpretar a educação e concretizá-la envolvendo o aprendizado do aluno em seu nível de desenvolvimento. Nos ambientes escolares, como diz Saviani (2008), esse movimento teve uma repercussão não democrática, pois fez do indivíduo não um ser menos marginalizado, mas sim rejeitado. Suas concepções contribuíram para que o aluno se tornasse o centro do processo de ensino e aprendizagem e o professor, um facilitador do aprendizado, priorizando o desenvolvimento psicológico e a autorrealização discente. O aluno é visto como ativo, criativo e participativo em suas atividades variadas.

Como a escola nova a educação laica no país, a posição de distanciamento da Igreja foi reiterada. Assim, parece natural sua reação desfavorável aos seus novos métodos de ensino e a tentativa de barrar a introdução do escolanovismo mediante convenções católicas país a fora para difundir seu ponto de vista. As conferências eram organizadas para induzir à não aceitação da escola nova. O jornal mineiro *O Tempo* de agosto de 1988 (p. 3) publicou texto que se refere as conferências:

[...] ainda há pouco pronunciara uma sabia conferencia em Bello Horizonte, sobre à Escola Nova. Será aberto, com toda solenidade, a Capital da Bahia, o congresso Eucharistico Nacional, a maior Assembleia de Prelados que se conhece. O Governo Federal será representado oficialmente, protestando assim a Jesus Christo, carinhosa homenagem do nosso povo que crê e acalma a Sagrada Eucharistia. A religião catholica, disse Pedro Lessa, o grande Jesuita brasileiro, não official, mas é nacional. Tem causando optima

impressão nos centros europeus, a paz e a concordia que desfructam no Brasil os poderes civil e Religioso. Deus permita que o Congresso Eucharistico Nacional abra novos horizontes ao povo brasileiro e que a futura Constituição seja de facto a expressão lidimada raça. Será encerrado no dia 10. Peregrinações de todos os Estados tomarão parte nesta grandiosa manifestação da fé catholica. Retornou da viagem pelo interior da Freguezia o revmo. Sr. Padre João Amaral, seguindo no entretanto, hontem, para o Imbé, onde pregará hoje o sermão do Sagrado Coração de Jesus, naquela Matriz.

Nas conferências, os padres realizavam missas em que disseminavam ideias contra a escola nova; ou seja, as igrejas faziam propaganda negativa. Como diz Costa e Cunha (2002), os católicos acreditavam que o movimento educacional levaria o país à desordem porque propagava ideias perigosas. Para os católicos, o ensino religioso ausente das escolas, a orientação científica e o desejo de progresso desenfreado dos idealistas e protetores da escola nova levariam a sociedade brasileira a um “suicídio moral e biológico”.

Conforme Costa e Cunha (2002), os católicos possuíam publicações próprias, enquanto os liberais propagavam seus impressos ou periódicos mantidos por instituições públicas. Daí que se valeram do impresso para difundir dogmas católicos em associação com suas convicções educacionais confessionais; ou seja, a ideia de que só eles podiam traçar um rumo seguro para os homens. O movimento da escola nova, que se propagava com o discurso da laicidade do ensino, e os intelectuais ligados ao *Manifesto...* foram acusados de ser prejudiciais e de preparar o ambiente para a divulgação do comunismo; daí que, segundo os preceitos da Igreja Católica, os intelectuais tinham de ser rejeitados pelas camadas sociais, pois seriam inaptos para construir um Estado com características nacionais. Mereciam alerta de perigo ao liberalismo.

## **ESCOLA NOVA E IGREJA: RECEPÇÃO AO IDEÁRIO ESCOLANOVISTA EM MINAS GERAIS**

Segundo Barros (2013, p. 172),

A República trouxera em seu bojo a expectativa de um novo ensino adequado, porém não suficiente para alterar as estruturas do ensino.

O ensino público de Minas Gerais carecia de reformas para superar o atraso econômico e também estabelecer possíveis melhorias, fosse na infraestrutura ou nos materiais didáticos.

De fato, em Minas Gerais os intelectuais e os governantes mostraram interesse em resolver as mazelas da educação no estado. Não por acaso, elaboraram leis, decretos e reformas para regular a educação e estruturar o ensino em prol do desenvolvimento da pátria. Essa preocupação pode ser vista em mensagens oficiais como os relatórios dos chamados presidentes de Minas Gerais:

A educação popular que em quadras normaes, deve constituir um campo de eleição para atividade de todo o governo consciente, tornou-se, agora, o problema vital, o máximo problema da nacionalidade. [...] cumpre, a todo transe, do brasileiro um homem digno da sua grande pátria, [...] a pedra angular dessa imensa e generosa construção patriótica há de ser o combate sem treguas e por todos os meios à ignominia do analfabetismo, causa primaria de nossa inegável depressão social. Enquanto a nação contiver em seu seio um numero inconfessável de analfabetos, estará cancerada nas fontes da vida, irremediavelmente perdida na concorrência com outros povos, incapaz de surtos progressistas, chumbada aos preconceitos e á rotina pelo peso morto do obscurantismo dos seus filhos. O horror de tal certeza cada dia me confirma mais fundamentalmente na convicção de que todas as forças vivas do paiz devem actuar acordes e sem vacilações na tarefa de alto patriotismo da educação do povo (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE MINAS GERAIS, 1920, p.30–1).

Como se pode inferir, a educação popular se tornou problema vital para a nação. Enquanto houvesse números elevados de analfabetos, não haveria evolução para melhor. Documentos oficiais como as mensagens de governadores apontam número elevado de pessoas sem instrução primária e deixam entrever o desejo de modernização de um país repleto de ignorantes, de um povo analfabeto; também silenciado e impossibilitado de prosperar. Havia o apelo à população para que não esmorecesse ante as dificuldades. Segundo se lê no relatório, todos deviam lutar para enaltecer o patriotismo da educação, que foi projetada como essencial para a modernização.

Mudanças viriam a partir de 1920, com as reformas da educação, dentre as quais se destacou a de Francisco Luís da Silva Campos. De repercussão nacional, ela intuiu modernizar o ensino secundário com a adoção de ciclos para organizar o ensino

elemento dando início à seriação. Como dizem Vidal e Faria Filho (2005) e Souza (1998), a seriação auxiliaria na organização da escola das massas. Mais que isso, o ideário da escola permeou a sociedade mineira, como se pode ler em jornais de época. Da leitura desses jornais se pode inferir o nível de aceitação ou recusa desse novo movimento.

No jornal *O Commercio* há uma crítica à introdução da coeducação nos ambientes escolares. É possível observar o posicionamento contrário da Igreja à escola nova.

Nada de educação mista... brada o P. Coulet. Meninos de um lado, meninas de outro. Familiaridades... só depois de unidos pelos sagrados laços do matrimonio. A Escola Nova propende naturalmente para a educação mixta, protesta Sarraga. E isso porque os educadores modernos não ignoram o grave perigo do malicioso afastamento entre eles e ellas... Dessa calculada separação na meninice é que nasce a desconfiança, a malícia, a rivalidade e a competição entre os dois sexos. Na luta pela vida, o rapaz e a moça, que sempre viveram ridiculamente separados, e que trabalham agora juntos para ganhar o pão cotidiano, não se consideram amável complemento um do outro, e sim rivaes. No campo político é a mesma historia; as mulheres querem votar para endireitar as cousas... os homens ridicularizam-nas e combatem nelas — temíveis competidoras em vez de sensatas colliadoras (*O COMMERCIO*, 1933, p. 3).

Como se lê, o novo modelo de educação — a coeducação — não era apoiado pelos clérigos. Para eles, a escola nova era passível de indícios pejorativos para a educação, e a educação mista devia ser vista com manifestações e protestos pela sociedade. Os instrutores viam perigo em colocar meninos e meninas na mesma sala de aula. Supostamente, haveria consequências desastrosas ao convívio social, a exemplo do desejo das mulheres de assumir responsabilidades políticas.

O jornal *O Sol*, também, publicou textos com foco na escola nova, ou seja, com opiniões sobre sua introdução no meio escolar de Minas Gerais.

A pedagogia nova, invertendo o principio que dominou toda a pedagogia clássica até o presente, dá a medida exata da revolução operada pela escola nova. Revolução. E nem outra qualificação se poderia dar a inversão completamente diametral, que colocou o que estava em cima, em baixo; e o que estava em baixo, em cima. Pedagogia clássica ou tradicional gravitou em torno do principio seguinte: “O conhecimento é o objetivo principal. A inteligência ou em geral o pensamento, o espírito, que é o meio ou instrumento

empregado para atingir esse fim é um simples acidente. ” A pedagogia nova á guisa de Copérnico da educação, inverteu os termos do principio acima e sentenciou: a educação da inteligência a formação do espírito e do caráter, é o que importa sobretudo. Os conhecimentos, ou seja, a matéria empregada nessa educação é um mero acidente. Por isso, a preocupação não deve ser nem a quantidade nem a qualidade dos conhecimentos, e sim o método emprego para adquiri-los. Em valor de um método não se medira mais pelo seu rendimento representado pela quantidade  $n$  de conhecimentos, na unidade  $t$  de tempo, e sim pelo seu coeficiente educativo (O SOL, 1934, p. 3).

A escola nova transformou os princípios norteadores da pedagogia clássica, ou seja, configurou-se como revolução. A pedagogia clássica adotou o conhecimento como fonte, este se configurava como o objetivo principal. A inteligência, o pensamento e o espírito eram os meios para se somarem a esse fim. A nova pedagogia viria inverter determinar uma educação da inteligência do espírito e do caráter do homem. Daí que inquietude não deve permanecer na soma nem na qualidade, mas nos métodos para adquiri-los.

Na *Gazeta de Leopoldina*, em texto que apresenta pesquisa realizada com crianças em Moscou sobre o sentimento delas quanto ao período de férias, o autor, F. Nelson (1933, p. 5) referiu-se à escola ativa ao explicar métodos de ensino da escola nova. Mas os elementos argumentados não são favoráveis.

S. Paulo, (U. J. B) – o “IzVestia”, de Moscou, publicou recentemente, interessantes estudos sobre o efeito dos métodos modernos de ensino adotados pelo Soviet. Segundo o grande órgão da imprensa moscovita, um inquérito levado a efeito na vissegima-quinta escola modelo do quarteirão de outubro na capital russa, pouco antes das férias escolares, sobre como desejariam os alunos passar o período de descanso, deu resultados surpreendentes. Os alunos quasi todos responderam “que desejariam aborrecer-se um pouco”, ou ainda que “preferiam nada fazer durante as férias”... Realmente, a escola ativa dos comunistas havia propendido para o exagero, trazendo as crianças numa roda viva de passeios ao campo, sessões teatrais, excursões às fabricas, etc. O inquérito serviu para provar o exagero dos pedagogos modernistas: o governo tomou providencias para que doravante a escola comunista não seja tão ativa...

Em meados da década de 1920, surgem métodos de ensino como o analítico e o sintético, segundo Bortolini, Miranda e Borssoi (2015). Para o desenvolvimento da leitura, foram produzidas cartilhas de ensino, coerentes com tais métodos. Ante a

reação negativa de alguns professores, aumentou a procura por sugestões para o problema do ensino e da aprendizagem. Assim, houve conciliação desses dois métodos, caracterizados como mais rápidos e eficientes. O jornal *O sol*, deu ênfase a essa questão:

O método sintético de ensino da leitura, por exemplo, é talvez mais rápido do que o método analítico e este, no ensino não globalizado. Mas que importa isso si este ultimo expediente é o mais educativo, o que mais desenvolve e forma o espírito? O mesmo fato se dá com as demais disciplinas da escola. Substituamos esta errônea ou nociva concepção da escola armazém pela da escola oficina, onde não se tenha a preocupação de dar depressa os conhecimentos passaporte, mas onde se forje o homem capaz iniciativa inteligente de consciência lucida e de caráter formador de dentro pra fora (O SOL, 1934, p. 3).

A adesão à escola nova supunha modificar métodos de ensino, e a crítica aos métodos sintéticos estava na divulgação da forma mecânica em que o aprendizado acontecia. Os métodos analíticos de alfabetização cujo ensino se baseava no global e na divisão em unidades mais simples se tornaram objeto de crítica. E, conforme a notícia acima, esses métodos não necessitava de ser bons; apenas deviam contribuir para a formação do caráter do homem para uma sociedade.

Essa ideia de construção do caráter pode ser vista na *Gazeta de Paraopeba*, que reforçava as concepções pedagógico-patriota:

O missionário da Escola Nova, que penetrou o rincão sul-mineiro e cantou, do alto das suas graníticas montanhas, o hymno da revolução pedagógica, teve, a cada passo da sua intrépida e victoriosa caminhada, o aplauso e a consagração da mocidade de Minas Geraes e dos brasileiros de fé e de patriotismo. O cunho de sinceridade de entusiasmo que caracterizou as festividades em nossa honra, em que sempre estivera a alma e o coração da nobre gente do Sul, basta para exprimir o alto conceito em que é tido o Auxiliar Técnico do Secretário da Educação, pelos que observavam e acompanham o seu fecundo e permanente labor em prol da grandeza de Minas Gerais (GAZETA DE PARAOPEBA, ano 1936 p. 8).

Como se lê, a escola nova entra em Minas Gerais como revolução pedagógica e ênfase ainda maior no patriotismo brasileiro. Em parte, as leis mineiras auxiliaram a propagação do ideário pedagógico dos escolanovistas. O estado apresentava preocupação com a instrução primária no contexto da importância da

educação para a República. Assim, embora a Igreja tivesse constituído poderio na sociedade mineira que remontava aos tempos coloniais, a escola nova entrou no debate cotidiano sobre a educação.

## **À GUIA DE SÍNTESE**

Como movimento histórico-social, é preciso ver o movimento da escola nova como produto do processo histórico, ou seja, como fenômeno que tem antecedentes, assim como efeitos posteriores. Entendemos que a formulação de um manifesto em prol da educação pública foi fruto de uma cadeia de eventos que constituíram condições favoráveis à reflexão intelectual sobre a educação no país. Em parte, a proclamação da República, que incluiu o povo nas preocupações do governo quanto a aprovar leis que se tornaram marcos para o ensino primário e secundário. Com a República, ascende o Estado laico, enquanto descende a influência da Igreja Católica, erguida nos períodos colonial e imperial, sobretudo em Minas Gerais.

A saída da condição de protagonista da educação não foi pacífica, é claro. A Igreja reagiu articulando uma defesa de seu modelo de educação. Mas tal defesa esbarrou na reação dos intelectuais republicanos que viram na educação do povo condição-chave para fazer o país progredir, ou seja, ostentar atributos de nações europeias.

Nesse sentido, entendemos que foram forças intelectuais que redundaram na elaboração e publicação do manifesto da escola nova. Noutros termos, intelectuais aspirantes a combater o analfabetismo e que partilhavam de um mesmo ideal de nação — fazer o país progredir — elaboraram o manifesto pensando não só na educação, mas no todo da sociedade brasileira; e foram intelectuais como o mineiro Francisco Campos, cuja reforma educacional teve projeção nacional, que criaram condições para que a escola nova encontrasse terreno favorável em Minas Gerais, a julgar pela reação de vozes contrárias na imprensa mineira, como vimos.

Este trabalho permitiu construir uma compreensão mínima das relações entre educação, escola nova e Igreja na história da educação no Brasil. Sobretudo,

permitiu entender que acabar com as mazelas educacionais supõe mais que trocar um ideário pedagógico por outro. Beira ao fim da segunda década do século XXI, e o Brasil ainda não tem população cem por cento alfabetizada. Ainda assim, entendemos que, se fosse firmada a atribuição mínima ao Estado quanto à oferta de escolarização aos brasileiros a educação do povo estaria num estado ainda mais lastimável.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, O. J. *O Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932: memória e imagens do manifesto no livro de história da educação*. São Paulo. 2003.

AMBROGI, Ingrid Hötte. *O prédio escolar no final do império na cidade de São Paulo: os arrabaldes como lugar para educação do povo*. 2011

BARROS, J. Almeida. *Organização do ensino rural em Minas Gerais: muitas faces em fins do XIX e início do XX (1889-1911)*. Uberlândia MG (tese educação) UFU-MG.

BORTOLINI, W. Rosane; MIRANDA, V.; BORSSOI, L. Berenice. *Métodos de aquisição da leitura e da escrita: reflexões sobre suas implicações na prática escolar*. Curitiba: ed. PUCPR, 2015.

CHAMON, S. Carla. *Educando meninos e meninas: a co-educação dos sexos na Corte carioca no final do Império*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO/UFMG/TMG, 3. 2004.

COSTA, Viviane da. CUNHA, Marcus Vinicius da. *John Dewey, um comunista na escola nova brasileira: a versão dos católicos na década de 1930*. *História da Educação* — ASPHE/FsE/UFPel, Pelotas, v. 12, p. 119–42, set. 2002.

FISCHMANN, Roseli. *Estado Laico, Educação, Tolerância e Cidadania para uma análise da Concórdia Brasil- Santa Sé*. São Paulo, 2012.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

MESQUITA, M. Afonso. *Os conceitos de atividade e necessidade para a Escola Nova e suas implicações para a formação de professores*. São Paulo Editora UNESP; cultura acadêmica, São Paulo, 2010.

MINAS GERAIS. *Mensagens presidenciais de Minas Gerais*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1920.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política: polêmicas do nosso tempo*. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

----- O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 9-57

PEREIRA, A. Lílian, FELIPE. A. Delton. FRANÇA. Fabiane. *Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem*. UEM, Maringá-Pr. 2006

SILVA, Ana Paula da. O embate entre a pedagogia tradicional e a educação nova: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense (1911-1945). IX ANPED SUL: Seminário de pesquisa em educação da região sul em 2012. Santa Catarina. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: ed UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. WESTBROOK, B. Robert. *Jonh Dewey. Coleção educadores*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4677.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

VEIGA. Cynthia. G. *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*. 2008. Revista Brasileira Educacional, vol.13 no Rio de Janeiro Setem/Dezembro.2008.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

-----80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. *Educação. Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577–88, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

XAVIER.M.C; LOPES, Ana Amelia M; MATOS.C. *Maria Educação e modernização: Mario Casassanta e a Indissociabilidade entre ação política e renovação pedagógica*.

### **Fontes**

GAZETA DE PARAOPEBA. *Missionário Pedagógico*. Villa Paraopeba, MG, 9 de abril de 1936, ano XXVI. n. 1406.

MINAS GERAIS. *Relatório dos Presidentes de Minas Gerais*, Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais 1920.

NELSON, F. *Escola activa*. *Gazeta de Leopoldina*, Leopoldina, MG, 20 de outubro de 1933, ano XXXIX, n. 158.

O COMMERCIO, Pirapora Minas Gerais, 23 de julho de 1933, anno IV, n.113, p. 3.

O SOL, Santos-Dumont, 29 de abril de 1934, anno VII, N 192, p. 3.

O TEMPO. Orgam independente e noticioso, dedicado aos interesses da zona do Rio Doce. Cidade de Caratinga Minas Gerais, (Secção Religiosa, Catholicismo) 3 de setembro de 1933, anno1 n. 60.

## **AUTORES**

**Mileide Mateus dos Santos:** Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, [mileidemateus@hotmail.com](mailto:mileidemateus@hotmail.com).

**Betânia Laterza de oliveira Ribeiro:** Doutora em Educação Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. [betania.laterza@gmail.com](mailto:betania.laterza@gmail.com).